

**Novos espaços da sociabilidade feminina colonial  
na Capitania de Pernambuco (1710-1750)**

Jeannie da Silva Menezes<sup>1</sup> - PPG-UFPE/FUNESA/UNIVERSO

[jeanniemenezes@yahoo.com.br](mailto:jeanniemenezes@yahoo.com.br)

Versões generalizantes sobre a atuação feminina no ambiente colonial cristalizaram a reclusão e o ócio das mulheres brancas e a liberalidade das mulheres de cor como as únicas imagens possíveis para o universo feminino colonial. Em estudos recentes, no entanto, têm sido reveladas diferentes formas de atuação das mulheres que sugerem outras imagens e desvendam novas expressões da sociabilidade feminina na colônia.

A sociabilidade colonial, na perspectiva das abordagens recentes sobre as mulheres, foi o resultado de estratégias para o convívio na colônia. A partir da eleição de práticas que cimentavam as interações entre os colonos, a sociabilidade na colônia limitou os espaços de atuação dos grupos sociais baseando-se em critérios de sangue, de etnia e de diferenciação sexual. Tais interações foram registradas em graus diferentes de acordo com os centros da colonização e em relação à diversificação maior ou menor dos grupos. Caracterizando os cenários nos quais a sociabilidade colonial foi encenada, Reis Filho destaca primeiramente que:

*“Excetando-se o vasto mundo rural, podemos dizer que no urbano colonial brasileiro a disponibilidade de espaços abertos para as manifestações coletivas era muito pequena. Ademais, muitos destes espaços estavam associados diretamente à Igreja e seu consistente aparato de vigilância.”<sup>2</sup>(REIS FILHO 1968: 130-1)*

Na perspectiva de Reis Filho, era no meio destinado às cidades e vilas que os poucos momentos de sociabilidade eram vivenciados na colônia, enfatizando as festividades que ocorriam ocasionalmente. No entanto, podemos dizer que em situações bem menos ocasionais foram produzidas práticas costumeiras e interações sociais adaptadas aos mecanismos reguladores da sociedade colonizadora. Elas nos permitem ampliar os limites das práticas de sociabilidade para além das festividades e das celebrações variando em sua complexidade na medida em que destacamos as diferenças entre cada capitania no quadro da administração colonial. Tais práticas aqui serão desenvolvidas como estratégias de convivência empreendidas por mulheres brancas no século XVIII na capitania de Pernambuco.

Vejamos agora o que chamaremos aqui de novas práticas de sociabilidade femininas. A atuação feminina fora do ambiente doméstico através de costumes consagrados no convívio social resume estas novas práticas. O olhar voltado para elas é fruto de pesquisas recentes que expuseram novos papéis para as mulheres no trabalho, na vida familiar e no recurso às administrações coloniais. Neste trabalho, em primeiro, situaremos, em linhas gerais, as produções historiográficas que generalizaram a perspectiva das mulheres na colônia, para em seguida lançar as análises recentes sobre as especificidades presentes na capitania de Pernambuco.

Entre os estudos sobre as mulheres na colônia a produção de Boxer<sup>3</sup>, intitulada *A mulher na expansão ultramarina ibérica*, é pioneira tendo sido publicada no ano de 1977. Em uma conferência proferida em New Haven no ano de 2002 a prof<sup>a</sup> Maria Beatriz Nizza da Silva<sup>4</sup> analisa a produção historiográfica sobre as mulheres na colônia, e aponta as diferenças entre a contribuição de Boxer e as abordagens atuais.

Dois razões mais gerais diferenciam as duas abordagens, primeiramente, os historiadores contemporâneos se voltam para análises mais localizadas da colonização e Boxer se ocupou do Império colonial. Em segundo lugar, hoje são priorizados nos estudos grupos de mulheres brancas pobres, enquanto naquele estudo foram destacadas as mulheres da elite.

Maria Beatriz ressalta a importância de Boxer e sua ousadia em relação à historiografia portuguesa, por um lado, e o pouco impacto produzido pela obra no Brasil, por outra vertente, cuja historiografia vivenciava um momento de acolhimento das abordagens da história social naquele contexto.

Estabelecendo uma associação entre a análise de Maria Beatriz Nizza sobre a produção de Boxer e a análise de Joan Scott<sup>5</sup> sobre o estado de coisas atual na pesquisa sobre as mulheres, a colônia tem sido um espaço revisto através de abordagens mais locais e menos elitistas, mas sobretudo, um território privilegiado para novas contribuições nas temáticas do gênero e da sociabilidade.

Isto decorre de uma mudança de orientação nos estudos coloniais de modo geral. Se por um lado, estiveram primeiramente voltados para temas relacionados com a política e a economia, há um certo tempo, os estudos voltados para a história social têm atraído o interesse dos pesquisadores sobre a colônia. E deles têm resultado uma série de abordagens que puseram em cena grupos até então não vistos como protagonistas da história. Entre estes grupos destacamos as mulheres como centro das investigações sobre a família.

Em síntese, a historiografia produzida na primeira metade do século XX sobre a colônia, esteve baseada no olhar de viajantes e nas análises freirianas sobre a família patriarcal brasileira. Esta historiografia tem sido revista em trabalhos recentes que a partir do manuseio de novas fontes ampliam a perspectiva das mulheres para outros papéis além daqueles já consagrados.

Além destes estudos mais recentes sobre as mulheres no Brasil resultarem das novas linhas de abordagem sugeridas pela história social<sup>6</sup>, com os temas da história da família e a demografia histórica, muitos deles também se ancoram na abordagem da história cultural, com as mentalidades e as múltiplas identidades das mulheres. Entre as novas contribuições estão as temáticas do trabalho, da família e da sexualidade.

Especificamente para o estudo das mulheres na Capitania de Pernambuco, Gilberto Freyre<sup>7</sup>, em *Casa Grande & Senzala*, forneceu para a historiografia colonial de Pernambuco um perfil das práticas que se tornaram comuns à sociedade patriarcal e que foram perpetuadas no período imperial. Para Freyre a dupla perspectiva do recolhimento e da passividade das brancas ou a atividade e o papel de “objetos sexuais” dos senhores para as mulheres de cor resultavam dos comandos patriarcais que orientavam a sociedade.

Revisões naqueles enfoques freirianos têm trazido à tona outras possibilidades de estudo sobre as mulheres naquela capitania. Por um lado, sínteses mais detalhadas sobre as administrações coloniais na capitania<sup>8</sup> têm contribuído para um entendimento das relações que norteavam os quadros sociais. Por outro lado, teses e dissertações<sup>9</sup> produzidas recentemente têm inovado na medida em que recolocam as mulheres em novos espaços como é caso das matronas administradoras de patrimônios familiares ou por outro lado, mulheres brancas que estabeleceram diversas estratégias de sobrevivência na sociedade para aquisição ou manutenção do patrimônio familiar. Entre estas estratégias estabelecemos neste trabalho os acessos ao direito e às instituições coloniais.

No núcleo familiar, as temáticas do direito freqüentemente transparecem. Temas como as posses das mulheres e o modo de transmissão de seus bens, a nobreza feminina e a honra correspondem às noções que a unidade familiar perpetuava e que as leis civis resguardavam ao estabelecerem as condições gerais que caracterizavam cada um deles. Embora não desenvolvidas com profundidade nos estudos sobre a capitania de Pernambuco, aquelas temáticas aparecem com freqüência em obras que tratam dos eventos que se seguiram no segundo e terceiro século da colonização. Evaldo Cabral de Mello explicita algumas delas em *O nome e o sangue* ao se referir às relações familiares e mencionar ora mulheres que protagonizaram intrigas entre os membros da elite branca, ora brancas pobres que foram personagens de estratégias matrimoniais.<sup>10</sup>

A partir destes estudos, a idéia de uma certa homogeneidade entre os grupos sociais pode ser repensada na medida em que a simples distinção entre brancos e não brancos ganha uma maior complexidade e outras distinções a ela são somadas. Exemplo disto é o fato de que mesmo dentro do grupo das mulheres brancas, as distinções emergiam. Como cita Maria Beatriz Nizza naquela mesma conferência:

*“a grande clivagem social que se observa na população feminina branca do Brasil colonial era sem dúvida aquela que distinguia as mulheres de condição nobre, com direito a usarem o título de donas, e as plebéias. A legislação civil constantemente acentuava esta diferença de condição...as próprias práticas sociais a cimentavam, através das formas de tratamento, dos sobrenomes, das atividades exercidas, da forma de trajar ou de morrer.”*

A dinâmica social na colônia, em virtude da feição adquirida pela sociedade fundada na família patriarcal, restringiu os espaços de sociabilidade. Em meio à dispersão e à paisagem rural da colônia várias expressões da sociabilidade resultaram das interações entre as elites brancas e o grande grupo marginalizado de negros, de índios, de mestiços e de brancos pobres. Sobretudo, para este último grupo novos elementos dessa sociabilidade têm sido revelados.

Vale ressaltar que embora predominasse o padrão patriarcal, muitas situações que fugiam a ele também foram estabelecidas dentro dos limites da colonização. Para a capitania de Pernambuco, embora pouco estudadas estas relações e estratégias de diferenciação nos padrões familiares também se apresentaram no cotidiano dos colonos brancos e pobres em grande quantidade. Isto porque, se nos detivermos no século XVIII, o ingresso nos quadros coloniais eram bastante restritos aos não ingressos nas elites coloniais daí a necessidade de estratégias por parte dos grupos de brancos marginalizados.

Era nas festividades e cerimônias eventuais que algumas das práticas de sociabilidade por parte da elite branca confirmavam as provas do privilégio social. No entanto, em um número bem mais expressivo, as práticas de sociabilidade na colônia tiveram a sua força de expressão nos hábitos que se repetiam e que ocupavam espaços bem menos festivos e mais voltados para as necessidades de sobrevivência dos grupos.

O trabalho, o comércio, o direito, a justiça e até mesmo a administração foram outros cenários da sociabilidade. Nestes espaços diversas situações de ingresso nas relações sociais foram adaptadas pelos colonos através de ações criativas e efetivas por parte de grupos marginalizados. Através delas determinados acessos às instituições foram gerados a partir dos quais novas interpretações sobre o convívio entre os grupos na colônia podem ser empreendidas.

Estes grupos sociais, aqui rotulados de marginalizados justamente pelas limitações às quais eram submetidos pelos critérios de discriminação, eram formados por brancos pobres e não brancos. De forma mais generalizada, somente os brancos teriam alcançado destaque e promoções sociais na medida em que transformavam as suas ações em práticas costumeiras toleradas pelas autoridades.

Por sua posição de destaque no cenário colonial, para a Capitania de Pernambuco foi produzida uma vasta documentação que apresenta muitas das temáticas sugeridas pela historiografia atual sobre as mulheres. Para os séculos XVI e XVII encontramos referências à atuação das matronas na figura das primeiras povoadoras citadas nos relatos de cronistas. Já o século XVIII, caracterizado como um momento de consolidação dos comandos da sociedade colonizadora, apresenta uma vasta documentação administrativa que tem sido somente agora investigada nos estudos sobre família, justiça, religiosidade e administração.

Como substrato daqueles estudos, sobretudo, em termos de direitos civis, algumas chances podem ter sido abertas para as mulheres na medida em que a sociedade colonizadora tornava-se mais dinâmica no século XVIII. Conflitos civis ocorriam em várias partes da colônia e

a inquietação de determinados grupos sociais, sobretudo comerciantes, eram manifestações claras da necessidade de mudanças nas relações coloniais. Todas estas mudanças ficaram marcadas em acontecimentos que tiveram a capitania como cenário desde o período holandês, e tiveram seus desdobramentos nos conflitos de jurisdição que a ele se sucederam e posteriormente resultaram na guerra dos mascates<sup>11</sup>.

No ínterim entre o domínio holandês e a guerra dos mascates foram abertas novas possibilidades para o exercício da sociabilidade na colônia, nas discussões entre comerciantes e senhores das terras os componentes civis da sociedade afirmavam o seu discurso cuja repercussão se processaria nas décadas seguintes.

Resta-nos saber o significado desse momento para as mulheres na capitania de Pernambuco. A documentação registra a preocupação com os dotes, com a transmissão das posses e com o casamento. Ao mesmo tempo, as leis eclesiásticas e civis declaravam a preocupação com a honra feminina duramente defendida e materialmente visível com a construção dos recolhimentos para disciplinar as futuras “noivas”, para proteção de viúvas ou desamparadas, e para castigar aquelas que saíssem dos limites impostos pelas leis coloniais<sup>12</sup>.

Em resumo, as questões civis que envolviam o patrimônio familiar no qual as mulheres detinham uma posição destacada foram temas constantes na correspondência por elas dirigidas às autoridades coloniais. As formulações constantes nas leis civis para a atuação das mulheres, as noções que as mulheres detinham sobre o direito e a justiça, as relações entre a manutenção da honra e o acesso ao direito, bem como os limites para o exercício dos direitos e as obrigações civis das mulheres constituem-se nos questionamentos que surgem a partir dos registros da documentação.

Na Capitania de Pernambuco a documentação registra uma vertente aberta pela sociedade colonial para a atuação de mulheres que ao recorrerem à administração através de estratégias costumeiras contradiziam tratados doutrinários que declaravam as suas incapacidades. Em nossa perspectiva, os possíveis acessos gerados a partir destas estratégias

nos permitirão acessar outros comandos da sociabilidade colonial ainda não revelados sob a ótica da administração e do direito aplicado à colônia.

Basicamente, a ampliação dos papéis das mulheres na cena da história colonial como protagonistas e a grande incidência de temáticas diversas relacionadas com o trabalho, as relações familiares, a religiosidade, as transgressões e as questões civis já nos parecem deixar claro que a sociabilidade feminina na colônia elegeu espaços bem mais amplos do que o doméstico e o conventual. Cumpre-nos situar estes espaços devidamente nas capitanias respeitando as diferenças locais e desvendar outros espaços ainda recônditos.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Doutoranda do programa de Pós-graduação em História da UFPE, Mestre em História pela UFPE, professora da Fundação Universidade Estadual de Alagoas – FUNESA-ESPI, professora da Universidade Salgado de Oliveira em Recife –UNIVERSO.

<sup>2</sup> REIS FILHO REIS FILHO, NESTOR GOULART. **Contribuição ao Estudo da Evolução urbana do Brasil: 1500 - 1720**. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1968. 235 p.

<sup>3</sup> BOXER, Charles R. **A mulher na expansão ultramarina ibérica**. Lisboa, Livros Horizonte, 1977

<sup>4</sup> NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. Following Boxer's Path: Studies on Women in Colonial Brazil. **Conferência apresentada no congresso Imperial (Re) Visions: Brazil and the Portuguese eaborne Empire**. New Haven, 1-3 de novembro, 2002.

<sup>5</sup> SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: **BURKE, Peter. A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo, Unesp, 1992. P. 63 a 94.

<sup>6</sup> SOHNET, Raquel. História das mulheres. In: VAINFAS, Ronaldo & CARDOSO, Ciro Flamarion. **Domínios da História**. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1997.

<sup>7</sup> FREYRE, Gilberto. **Casa – grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. RJ: Record. 1995.

<sup>8</sup> Ver a tese de doutoramento **Palavra de rei – autonomia e subordinação na capitania hereditária de Pernambuco** da profa. Virgínia Maria Assis Almoedo, defendida no ano de 2001, Recife, UFPE.

<sup>9</sup> Entre estes trabalhos citamos a tese de doutoramento da profa. Sueli Creusa Cordeiro de Almeida intitulada **O Sexo Devoto – normatização e resistência (séc. XVI a XVIII)** defendida na UFPE e a dissertação do prof. Alberon Lemos intitulada **A matrona e o padre: discursos, práticas e vivências das relações entre Catolicismo, Gênero e Família na Capitania de Pernambuco** defendida no ano de 2003 nesta mesma instituição.

<sup>10</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. **O nome e o sangue – uma fraude genealógica no Pernambuco colonial**. SP, Cia das Letras, 1995



---

<sup>11</sup> Para o período holandês, destacamos as produções de Evaldo Cabral de Mello, **Olinda conquistada e Olinda Restaurada**; para a temática das administrações o estudo sobre os conflitos de jurisdição empreendido pela professora, Vera Lúcia Costa Acioli com o trabalho **Jurisdição e conflitos – aspectos da administração colonial**. Recife: EDUFPE/EDUFAL, 1997.

<sup>12</sup> ALMEIDA, Sueli Creusa Cordeiro de. Op. Cit.